

IVª Sondagem Instituto BBVA de Pensões

Principais conclusões sobre As Pensões e os Hábitos de Poupança em Portugal

O Instituto BBVA de Pensões realizou a IVª Sondagem sobre as pensões e os hábitos de poupança em Portugal, relativa a 2016. Esta sondagem revela a evolução das atitudes em relação à poupança, à informação, ao conhecimento e às expectativas sobre as pensões.

A Poupança: aspetos prévio

Em 2016, a percentagem de portugueses que consegue poupar manteve-se estável em relação a 2015, contando com 43% de aforradores, ratificando o aumento que se tinha observado na sondagem do ano anterior (45%).

A média mensal de poupança dos aforradores é de 166,4 euros, sendo 30,3 euros superior relativamente ao resultado de 2015. No entanto 46% dos aforradores não atinge 150 euros de poupança mensal.

- Apesar de 6% ainda não pouparem, consideram que poderiam poupar caso lhes fosse proposto. A capacidade de aforro destas pessoas situar-se-ia em média nos 85,7 euros. É entre as pessoas com idade entre os 18 e os 35 anos onde encontramos uma maior percentagem dos que poderiam poupar e não o estão atualmente a fazer.
- O principal motivo de poupança é para imprevistos e emergências. Por isso, encontramos mais aforradores entre as pessoas que têm seguros de vida ou de saúde, com uma mentalidade mais previdente.

A idade de reforma

- Os portugueses desejariam reformar-se aos 61,1 anos, apesar de acreditarem que não o poderão fazer com essa idade e terão de esperar até aos 65,4 anos, idade em que em média crêem que realmente se reformarão, estabelecendo-se um

diferencial de 4,3 anos entre ambas. O diferencial máximo entre a idade desejada e a que crêem que será possível verifica-se nas pessoas entre 26 e 35 anos.

Os meios económicos associados à reforma

- Existe uma desconfiança geral entre os entrevistados relativamente a poderem viver sem dificuldades durante a reforma. Cerca de 70% não acredita que possa viver sem dificuldades. No entanto, apenas 32% estão a poupar para a reforma.
- Os motivos para não poupar para a reforma são tanto a falta de capacidade de poupança, como também por considerarem que ainda falta muito tempo para se reformarem.
- Em todo o caso, a confiança no Sistema Público de Pensões não é motivo para não poupar para a reforma.
- O principal instrumento financeiro utilizado para canalizar a poupança para a reforma foram os PPR's, e a idade média em que se começou a poupar para a reforma aumentou ligeiramente para 27,5 anos em vez de 26,1 anos em 2015.

A informação

- Em geral os portugueses sentiram-se insuficientemente informados sobre as pensões.
- O interesse em receber mais informação está centrado em questões de impacto económico tais como o montante da pensão a receber e as diferentes formas de poupar para a reforma.

O conhecimento

- Existe um importante desconhecimento sobre a percentagem do salário que é afectada a descontos para a Segurança Social (contribuições próprias e da empresa), com 43% a afirmar que não sabe. No entanto, aqueles que afirmam conhecer esse valor, situam em 17,4% a percentagem média estimada de contribuição, situando-se abaixo da percentagem real total de 34,75% efectivamente descontada no conjunto pelo trabalhador e pela empresa.
- No entanto, 81% dos trabalhadores por contra de outrem ou independentes afirmam conhecer de forma exata ou aproximada, o número de anos das contribuições já efetuadas para a Segurança Social.
- A pensão média em Portugal é desconhecida de 52% dos entrevistados e o valor médio atribuído pelos 42% que que afirmam conhecer esse valor foi de 366,5 euros, sendo que só 39% a situam acima dos 400 euros.
- Assistimos a um decréscimo progressivo da percepção do montante da pensão média em Portugal. Em 2013 esse valor era de 493,5 euros, em 2014 de 457,7 euros, em 2015 de 409,9 euros e em 2016 de 365,5 euros, tendo decrescido 42,7 euros em relação ao ano anterior.
- Mais de metade (53%) dos entrevistados mostram-se bastante ou muito preocupados com o Sistema Público de Pensões. No entanto, o nível de preocupação decresceu bastante desde 2013 (onde tínhamos 82% de entrevistados “bastante” ou “muito preocupados”).
- Em todo o caso, existe a percepção geral em 73% dos entrevistados que durante a vida laboral contribuem com mais do que o valor que recebem quando se reformarem.
- Acreditam que para viver sem dificuldades necessitariam de 967,8 euros, estabelecendo-se um diferencial de 601,3 euros face ao que é a pensão média que atribuem em Portugal. Podendo-se concluir que existe a convicção que a pensão pública não será suficiente para cobrir as necessidades.
- A responsabilidade em garantir uma pensão adequada seria da responsabilidade exclusiva do Estado para 44% dos entrevistados, enquanto 52% considera que é uma responsabilidade entre o Estado, as empresas e os cidadãos.

As Expetativas

- Os portugueses têm uma clara consciência de que o contributo que possam receber das pensões públicas não será suficiente para cobrir a suas necessidades económicas quando se reformarem.
- O diferencial entre o valor que acreditam necessitar e o valor que esperam receber é importante. Cerca

de 51% do total de entrevistados acreditam que necessitariam do dobro ou mais do que esperam receber como pensão para viver sem dificuldades. Apenas 15% estão confiantes em que a pensão lhes permitirá viver sem dificuldades durante a sua reforma.

As Alternativas

- Em general, as pessoas entrevistadas valorizam positivamente que as decisões sobre o sistema de pensões sejam adotadas ao nível individual e não se apliquem de forma genérica ao conjunto da população.
- As alternativas mais valorizadas para melhorar o sistema público de pensões seriam:
 - Que cada trabalhador tivesse a sua própria conta individual na qual fosse acumulando as

suas contribuições ao longo da vida laboral (64%).

- Que cada qual decidisse livremente a idade da reforma e recebesse em função dessa decisão, mais ou menos de acordo com o que foi contribuindo (79%).
- Que seja favorecido o crescimento dos salários para incentivar a poupança para a reforma (73%).

Os hábitos de poupança em relação à reforma

- Existe uma convicção generalizada de 88% dos questionados de que é necessário poupar para a reforma para completar a pensão dos sistemas públicos. Contudo, esta percentagem é ligeiramente inferior à de 2015 (94%), provavelmente pelo decréscimo da preocupação pelo Sistema Público de Pensões.
- A discrepância entre esta convicção teórica da necessidade de poupar para complementar a

reforma (88%) com a atitude real de poupança para a reforma (32%) é significativa.

- Os mais jovens têm uma maior perceção de que “é necessário poupar para completar a pensão pública”.
- A idade em que se considera aconselhável começar a poupar para a reforma está em média situada nos 30,1 anos. Esta média é ligeiramente superior à alcançada em 2015, situada nos 27,9 anos.

As fontes de informação para investir num plano de pensões

- O assessoramento para o investimento está vinculado a pessoas. A garantia estará “em quem me disse ...”.
- Os dois requisitos básicos procurados no momento de investir num plano de pensões são: conhecimento e confiança. Por isso a primeira fonte para procurar informação é a agência bancária e o gestor de conta. Essa informação será depois confirmada com amigos e familiares. No entanto 46% dos investidores não chega a procurar uma segunda opinião.
- As fontes de informação variam em função do produto contratado, sendo nos fundos de pensões e nos seguros de capitalização de destacar como fonte de informação preferencial as agências bancárias. Os amigos e familiares têm uma maior relevância na fonte de informação para o investimento imobiliário e os assessores jurídicos nos fundos de pensões de empresa. A informação através de internet é mais relevante na eleição de PPR's.

Conclusões gerais

- Existe um importante diferencial entre a percepção da situação do ponto de vista teórico, onde 70% dos entrevistados acredita que não poderá viver sem dificuldades, apesar do diferencial de 601,3 euros entre o que crêem que necessitariam para viver sem dificuldades e o que esperam receber como pensão.
- Enquanto 51% acreditam que para viver sem dificuldades necessitariam do dobro do que receberiam como pensão, apenas 88% mostraram-se convencidos da necessidade de poupar para a reforma, e só 32% estavam atualmente a poupar para a reforma.
- Os fatores que explicam essa dissonância entre o que crêem e o que fazem, é por um lado a “falta de capacidade de poupança” e por outro, a reforma é vista como algo para o qual “ainda falta muito tempo”.
- É importante a necessidade de ter em perspetiva de que é necessário tomar medidas “hoje” para resolver as “necessidades futuras”.
- Em geral, em termos de alternativas a adotar privilegiam-se as alternativas baseadas em decisões individuais em vez daquelas que se aplicariam de forma geral a toda a população, valorizando-se positivamente as contas individuais, trazendo visibilidade ao que seriam as suas atuais contribuições, das quais atualmente têm uma visão distorcida ou desconhecida. Uma outra alternativa seria poder decidir quando se reformar em função da pensão que poderiam receber.
- Existe uma distorção da percepção social sobre a pensão média em Portugal. Os entrevistados situaram-na em 366,5 euros, um valor claramente abaixo da pensão real.
- Relativamente às contribuições para o sistema público de pensões, em geral os questionados consideram que contribuem mais do que o valor que receberão quando se reformarem, não sendo esta situação a real.
- A co-responsabilidade na manutenção do sistema público de pensões assenta no sentimento de que os problemas se devem resolver através de um “esforço conjunto” dos cidadãos e do Estado e não exclusivamente do Estado, existindo ainda uma percentagem alta de entrevistados que consideram que a solução corresponde exclusivamente ao Estado (44%).

Técnica de estudo	<ul style="list-style-type: none">• Quantitativa.
Técnica utilizada	<ul style="list-style-type: none">• Entrevista Telefónica (Sistema CATI) com base num questionário semiestruturado.
Universo de análise	<ul style="list-style-type: none">• População portuguesa e residente em Portugal.
Tamanho e representatividade da amostra	<ul style="list-style-type: none">• Realizaram-se 1.000 entrevistas, o que pressupõe um erro da amostra de $e=\pm 3,16\%$ para um nível de confiança de 95,5% 2σ.• A distribuição das entrevistas foi representativa do universo.
Trabalho de campo	<ul style="list-style-type: none">• De 4 de Outubro a 2 de Novembro de 2016.